A INDISCIPLINA NA ESCOLA

Lidiane Muniz Furtado ¹

RESUMO

O presente artigo refere-se à questão da indisciplina no âmbito escolar, sob um enfoque pedagógico e histórico. Leva em conta, os atores envolvidos no processo e o que de fato pode ou não ser configurado como ato genuíno de indisciplina a partir do que preconiza a literatura referente ao tema e das questões práticas do cotidiano escolar. Compreendendo que esta não é uma problemática exclusiva das instituições escolares, objetiva-se construir uma nova forma de conceituar o termo, enfatizando o caráter dinâmico das relações sociais, as interferências e influências externas, bem como os condicionantes biológicos, sociais e culturais inerentes aos indivíduos direta ou indiretamente envolvidos nos processos educativos dentro das instituições na atualidade.

Palavras-chave: Indisciplina. Educação. Escola. Educando.

ABSTRACT

This article refers to the issue of indiscipline in schools under a pedagogical and historical focus. It takes into account the actors involved in the process and what actually may or may not be configured as a genuine act of indiscipline, from which calls to the relevant literature and practical issues of everyday school life. Understanding that this is not an exclusive problem of school institution, the objective is to build a new way of conceptualizing the term, emphasizing the dynamic character of social relations, interference and external influences as well as biological conditions, social and cultural related to individuals directly or indirectly involved in the educational processes within institutions today.

Keywords: indiscipline. Education. School. Educating.

1

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Pós-graduada em Gestão Escolar pela Faculdade Regional de Filosofia Ciência e Letras de Candeias e Pós Graduada em Educação Especial com ênfase no AEE, pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN).

INTRODUÇÃO

Etmologicamente, a palavra indisciplina tem suas raízes no latim, vem da palavra *discipulus*, como se expressa na citação de Garcia (2006, p.70), que destaca haver duas possibilidades de interpretação:

Uma delas reside na palavra latina *discípulus* – composta do prefixo *dis*, e do verbo *capere*-, que, num sentido literal, pode ser interpretada como um indivíduo que se apropria de algo que lhe está sendo mostrado ou indicado – daí o sentido de “discípulo” como aquele que aprende. Uma outra possibilidade deriva do verbo latino *disco*, comumente traduzido por aprender ou tornar-se familiarizado. Esse termo se origina na raiz grega, *da*, que compõem palavras tais como *didática*. Dessa raiz extraímos o sentido de seguir ou acompanhar. Nesse sentido, o termo disciplina pode se referir a algo a ser seguido. Ainda a partir dessa raiz etmológica, vemos que a palavra disciplina guarda relações com os termos educar e docência, com os quais compartilha um sentido de transformação(GARCIA, 2006, p.70)

Neste sentido, levando-se, também em consideração a ideia que nos transmite o termo “discípulo”, tida pelo seu significado e pela construção histórica do termo como alguém que segue, se orienta, ouve, obedece, crê em algo ou alguém, teremos uma interpretação que disciplina será sempre sinônimo de ordem e, conseqüentemente, quando lhe acompanha o prefixo *in*, adiciona-lhe um sentido negativo, de ausência de disciplina, de ordem e obediência.

A existência da indisciplina, seja em uma visão macro ou micro, é visivelmente inegável; é algo que, indiscutivelmente está presente, seja na vida cotidiana, familiar, profissional e/ou em quaisquer tipos de relações sociais que o ser humano possa estabelecer. Isto se expressa ou se caracteriza no que, para nós, está fora das expectativas de padrão de comportamento que, acreditamos, ou por razões institucionalizadas, como no caso das normas institucionais que regulam uma empresa, um segmento ou, no caso aqui enfatizado, uma escola.

Coloca-se em pauta este assunto aqui, como objeto de estudo, objetivando compreender um pouco sobre o que é, como se origina, o que gera e o que condiciona a indisciplina, especialmente nos espaços intraescolares, para desta forma, ajudar a compreender que tipo de ações e estratégias são necessárias para atenuar os fatores agravantes deste problema e rever algumas atitudes que possivelmente necessitem ser repensadas no tocante as práticas pedagógicas e administrativas no âmbito escolar.

Todas as indagações e exposições que se seguirão, estão amparadas em pesquisas bibliográficas e em observações informais dos processos educacionais dentro das instituições, fundamentadas sob o pensamento de alguns teóricos que consubstanciam ideias referentes ao tema.

A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: COMO CARACTERIZÁ-LA?

Do ponto de vista pedagógico, esta questão pode ter raízes sociais, econômicas, éticas, morais e/ou afetivo-emocionais. Por outro lado, em uma visão filosófica, pode-se dizer que é uma questão de construção histórica, de formação social e até mesmo de ponto de vista. É possível, ainda que assumamos uma postura de que, as influências externas ao sujeito o condicionem a ser indisciplinado ou inadequado as normas preestabelecida de comportamento em um determinado meio.

Para Yves de La Taille(1996):

Se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações. (LA TAILLE, 1996, p. 10).

Assim sendo, caracterizar a indisciplina torna-se algo bastante complexo; conceituar o termo parece-nos o mero postulado de uma teoria incompleta e de fundamentos questionáveis.

Na escola, este comportamento se destaca enfaticamente, devido ao caráter histórico destas instituições como formadoras ética e moral do indivíduo, de educadora de comportamentos, espaço onde, até pouco tempo tinha-se um respeito unilateral; nela, os processos de ensino e aprendizagem, para que funcionem com o mínimo do tão almejado sucesso, necessitam da disciplina.

Os pontos de vista, muitas vezes divergem no que tange ao conceito e até mesmo ao que se pode configurar como um ato de indisciplina; em pauta aqui, a indisciplina dentro da escola, teremos que o aluno indisciplinado é aquele que não respeita as regras internas que regem a instituição, que perturba a ordem da sala de aula, que desrespeita ou desacata funcionários, professores e colegas, que é infrequente, que não dá atenção aos conteúdos trabalhados em sala, não realiza as atividades intra e extraclasse, entre outras coisas que podem compor esta vasta lista.

Neste sentido, encontramos ainda outro fator que dificulta a conceituação ou a completa compreensão do termo ou do ato de indisciplina em si. Por diversas vezes, comete-se equívoco ao relacionar indisciplina escolar a atos infracionais cometidos dentro da instituição, como atos de depredação do patrimônio escolar e desacato, configurados crime respectivamente pelas leis N° 8.069, art.116 de 13 de Junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e Decreto Lei n° 2.848, Cap. IV art.163 de 07 de Dezembro de 1940(Código Penal - CP).

Ao observar o ambiente escolar, percebemos que os fatores que podem gerar estes atos são muitos e diversos. O próprio ambiente em que a escola se encontra inserida pode ser

condicionante para que este fenômeno ocorra; assim como os atores envolvidos nos processos educacionais podem ser, ainda que indiretamente, responsáveis pela forma como os alunos se comportam, especialmente dentro da sala de aula.

Historicamente, este assunto tem carimbado sua presença nas discussões das questões escolares. Grandes filósofos, pensadores da educação se ocuparam em estudar os fenômenos humanos e explicar teoricamente o comportamento do homem, em especial, no tocante ao desenvolvimento e a aprendizagem.

Vertentes como a do pensamento construtivista, tão difundidas na atualidade, marcam a evolução de uma educação que, até pouco, demonstrava-se tão pouco prática. Nas ideias do grande precursor desta corrente, o suíço Jean Piaget, o desenvolvimento e a aprendizagem humana são uma mescla das características e predisposições biológicas do ser humano e de sua interação e integração com o meio social e seus pares, em uma relação recíproca. Também seguindo nesta linha, o russo Lev Vygotsky, postula acerca do que se chama de sócio interacionismo, onde os indivíduos se constroem, desenvolvem-se e aprendem em meio as suas relações sociais, culturais e históricas, sendo desta forma, resultado do meio e dos estímulos externos que recebe ao longo da vida. Outro teórico que deixa suas contribuições à educação é o francês Henri Wallon, defensor de uma forma de educar mais humanizada, da afetividade como fator fortalecedor dos processos de ensino e aprendizagem nas salas de aula. (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992)

Dentre outros, em se tratando do tema em questão, um grande nome é John Dewey, considerado o pai da Escola Nova, defensor de uma escola ativa, de métodos que ensinem pela experiência, que promovam o comprometimento real do educando com o aprendizado e da importância de dotar este aprendizado de sentido e significação para o educando de forma que este possa relacionar os conteúdos e as formas de ensinar com as necessidades reais, imediatas e à longo prazo de sua vida prática.

Para Piaget, por exemplo, a criança passa por três fases no seu desenvolvimento moral: a primeira é a anomia, onde a existência de regras é ignorada, para ela não há nada que a submeta a determinado comportamento, a segunda é a heteronomia, quando a criança passa a agir sob a orientação e a imposição de regras unicamente exteriores, e terceira é a autonomia, que é quando se adquire a capacidade de compreensão e internalização de regras, sendo capaz de governar-se sem as imposições externas (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992) Temos ainda, que destacar aqui, as colocações sob uma ótica behaviorista, grande segmento dos postulados comportamentalistas, sob a égide dos pensamentos de Watson e Skinner e a ideias de construção histórico cultural do

comportamento e de condicionamentos e reforços, defenda esta, onde, teoricamente, os indivíduos são um resultado de ações externas a ele, combinadas às consequências geradas por estas, aos estímulos, punições ou consequências.

Grande barreira para esta possível conceituação do termo indisciplina, reside no fato de que, a própria literatura, a que se relaciona o tema nas academias, é algo antigo, pensado sob outra perspectiva, possui em si fortes impressões do contexto histórico da época, o que lhe imprime dúvidas quanto a aplicabilidade dessas aos dias atuais.

VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA

Talvez uma visão behaviorista explique isso: fomos criados em uma sociedade em que as atitudes positivas tinham maiores probabilidades de gerarem um retorno positivo que negativo; uma boa ação era provavelmente, respondida por outra boa ação, o fato de sermos educados, nos assegurava uma convivência amigável. A obediência as regras permitiria a sociedade construir uma boa visão a nosso respeito.

Sob o behaviorismo, tido como filosofia do comportamento, Baum (2005, p.17) destaca que:

Aborda tópicos que nos toca de perto: por que fazemos o que fazemos, e o que devemos e não devemos fazer. Oferece uma visão alternativa que muitas vezes vai contra o pensamento tradicional sobre o agir, já que as visões tradicionais não se tem pautado pela ciência. (BAUM, 2005, p.17)

Depararmos-nos hoje, com comportamentos opostos à nossa ética e moral, nos leva à, de imediato, classificá-los como indesejados, impróprios, ainda que, na prática, não sejam atos de todo, amorais ou antiéticos, todavia, é natural do ser humano classificá-los segundo e seguindo o conceito de ordem internalizado por este.

Historicamente, muitas foram as tentativas de tornar o ensino disciplinador; em um dado momento até acredita-se que isto tenha sido possível. Destacaremos aqui a inserção nas escolas fundamentais da disciplina Educação Moral e Cívica, que, segundo alguns autores, tinha como propósito construir uma cidadania elitista, baseado em valores e ideais elitistas e militaristas, tido por muitos como forma de silenciar aqueles que se opusessem ao regime instituído e reproduzir a sociedade constituída e construída por aqueles que detinham o poder. (PAVIANI, 2014, p.5).

No entanto, por outra ótica, podemos enxergá-la como uma ação interventiva que teve como principal objetivo a valorização do país, a construção moral e ética dos indivíduos e o despertar de uma consciência patriótica que levasse a uma compreensão única de que se deve preservar aquilo que é patrimônio de uma nação: sua identidade.

Ainda sob esta perspectiva, esta disciplina, enquanto componente do currículo escolar, e sob uma visão pedagógica, nos leva a refletir sob questões como o despertar e a internalização dos valores morais e éticos para a construção do homem e da sociedade que desejamos segundo Yves de La Taille “nossos alunos precisam de princípios e não de regras. A dimensão moral deve ser trabalhada desde cedo, ética se aprende, não é uma coisa espontânea”.

Isto nos leva a uma reflexão acerca de uma questão bem pertinente: que tipo de disciplina estamos buscando em nossas escolas?

Talvez um grande equívoco esteja ocorrendo. Enquanto buscamos a disciplina, estamos arquitetando medidas punitivas, acreditando que a punição poderá reestabelecer a ordem; no entanto, do ponto de vista pedagógico, provavelmente estejamos falhando. Pelo histórico e a recorrência deste tema nas discussões educacionais, é possível percebermos claramente que, necessita-se mais de uma intervenção pedagógica, uma ação didático prática eficaz e eficiente que traga ao aluno o desejo de agir com disciplina. Em uma sociedade cada vez mais permissiva, impor condições e limites por meio de simples palavras ou regras institucionais e medidas punitivas, parece-nos algo muito falível à longo prazo.

Por outro lado, as instituições de ensino na atualidade, em sua grande maioria, ainda são as mesmas de décadas atrás, possuem estruturas físicas quase que estáticas, enquanto o sistema de ensino, os processos, as técnicas e os métodos são, e sempre deverão ser, dinâmicos; sofrem a ação do tempo e modernizam-se. Embora também seja uma questão, que alguns profissionais não acompanhem este ritmo de evolução, contribuindo, assim, demasiadamente para a obstrução destes processos de busca por unidade entre o tempo, o contexto histórico de ensino aprendizagem e o tempo cronológico; lançando mão em suas práticas, de métodos retrógrados e ineficazes para tal público, inegavelmente ávido por inovações.

As maiores e mais atuais discussões levantadas entre os diversos autores que tratam de educação versam sobre a importância do papel da escola na sociedade, a necessidade em se construir uma gestão democrática dentro das instituições e a criação de vínculos mais estreitos e mais firmes entre a escola e a comunidade escolar, em especial os pais, visando uma maior aproximação entre os setores sociais e um reflexo mais coerente entre as forma de abordagens intra e extraescolares das temáticas contemporâneas.

Talvez o maior e mais temido vilão dos sistemas educacionais atuais – muito embora não seja novo – seja o tão mencionado fracasso escolar. Neste momento, cabe destacar a posição de Arroyo (2000): “O fracasso escolar é uma expressão do fracasso social,

dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas, o Estado, os clubes, os hospitais, as fábricas, as igrejas, as escolas [...]” (ARROYO, 2000, p.34).

Com base nisso e assim como defendia Freire (1996) – em sua luta por uma educação humanizada, emancipadora, que permitisse aos sujeitos serem ativos na sociedade – hoje enxergamos a real e enfática necessidade de acompanhar, sim, os ritmos da evolução e dos avanços desta; no entanto, não é preciso que estejamos tão fielmente ligados a suas estruturas no sentido de reproduzir ações que são visivelmente falíveis.

Vivenciamos uma época em que, assim como afirmou o autor há pouco citado, o fracasso das instituições sociais, antes tidas como principais é algo vivenciado. As famílias estão desestruturadas, os setores públicos se corrompem e perdem a credibilidade. Em meio a isso, o capitalismo grita; temos em nossas salas de aula consumistas em potencial, vítimas de um sistema, de uma cultura exacerbadamente midiática, da intensa difusão da importância de se ter o que é meramente material. Contudo, nada disso nos eximirá da culpa do fracasso se, por ora ou outra, tomamos como nosso o mérito de alguns sucessos na aprendizagem dos educandos.

Com isso, faz-se de máxima urgência que o ensinar se torne humanizador, que a educação possa ser a saída, que possa construir e reconstruir cidadãos para além da alienação do capital e do individualismo. Pensemos, para este século, uma nova escola.

Possivelmente um grande fracasso educacional esteja na incapacidade de muitos dos atores deste processo evoluírem juntamente e ao mesmo ritmo que esta sociedade, da qual provém essa nova clientela, e, assim, na realidade, fica-se muito aquém do ideal. Explicando pelas palavras de Belloni (2002):

Pedagogia e tecnologia (entendidas como processos sociais) sempre andaram de mãos dadas: o processo de socialização das novas gerações inclui necessária e logicamente a preparação dos jovens indivíduos para o uso dos meios técnicos disponíveis na sociedade, seja o arado seja o computador. O que diferencia uma sociedade de outra e diferentes momentos históricos são as finalidades, as formas e as instituições sociais envolvidas nessa preparação, que a sociologia chama “processo de socialização”. Neste início do século 21, quando o futuro já chegou, observamos novos modos de socialização e mediações inéditas, decorrentes de artefatos técnicos extremamente sofisticados (como por exemplo, a realidade virtual) que subvertem radicalmente as formas e as instituições de socialização estabelecidas: as crianças aprendem sozinhas (“autodidaxia”), lidando com máquinas “inteligentes” e “interativas”, conteúdos, formas e normas que a instituição escolar, despreparada, mal equipada e desprestigiada, nem sempre aprova e raramente desenvolve. (BELLONI, 2002, p.118).

A tão mencionada modernidade, como se dizia antes, e que poderia nos parecer uma coisa tão distante, é hoje uma das realidades mais presentes, até mesmo nos rincões mais

escondidos do planeta, a tecnologia faz com que o mundo esteja presente com apenas um click, e que tenhamos todo o mundo de informações ao alcance de nossas mãos, ficando sob nossa responsabilidade transformar este acesso à informação em fonte de conhecimento.

Este é, provavelmente, o elo que está faltando entre o que é útil no ambiente social e o que deve ser utilizável no educacional. Nitidamente os reflexos de um no outro são ainda muito tímidos, às vezes por carência de instrumentalização, de capacitação ou por inúmeras outras razões.

A educação dos novos tempos deve adquirir novos formatos, novas visões de homem e de sociedade, ampliando sentidos e significados em busca da construção de novas identidades docentes e discentes.

Talvez precisemos de uma nova abordagem ou de uma nova forma de olhar para dentro e fora de nossas instituições escolares em meio à emergente cultura de comunicação em massa e em que se situam os sujeitos deste processo – professores e alunos – nestes intercâmbios.

INDISCIPLINA: FATORES CONDICIONANTES

Controlar a indisciplina em sala de aula e na escola como um todo, não é tarefa individual, ela é problema coletivo e a solução somente será possível agindo coletivamente.

Um dos fatores mais agravantes e contribuintes para o excedente da indisciplina hoje nas escolas é a falta de motivação; para os alunos e principalmente para os professores, que devem ser os grandes agentes promotores da mudança.

Não é algo raro encontrarmos nas instituições, professores veteranos de profissão, desgastados emocionalmente, desmotivados para o trabalho, cansados dos processos diários, considerados por estes como exaustivos, vencidos pelo cansaço de uma profissão que consideram sem reconhecimento e que não lhes oferece condições de trabalho adequadas. O grande fato é, que toda esta negatividade reflete e contamina os educandos; em especial, em se tratando da etapa do Ensino Fundamental II, onde encontramos adolescentes na efervescência da puberdade, hormônios a flor da pele e uma inquietação natural. Uma falta de dinamismo do professor pode ser interpretada por eles como permissividade e desencadear uma série de comportamentos indisciplinados.

Sob outra visão; o público que recebemos hoje é gritantemente diferente do que atendíamos há cinco anos, por exemplo; sua visão de mundo é a de uma sociedade de valores morais deturpados, onde uma formação ética e moral sólida é algo cada vez mais distante e, por vezes, até tidas como insignificantes.

Outra grande questão é, ainda, a visão de educação, educador e educando que é construída pela sociedade em que estão envoltos os sujeitos alvos dos processos – alunos – por que esta os influencia diretamente, pelos valores que lhes serão transmitidos e pelas impressões que neles serão inculcadas. Se um pai possui uma visão negativa da escola de seu filho, esta o influenciará sobremaneira, fazendo com que haja uma desmotivação e conseqüentemente, uma rejeição à tudo que é próprio e proveniente daquele ambiente, interferindo diretamente no seu desenvolvimento e gerando a indisciplina.

É preciso assumir uma posição de que, não conseguiremos erradicar a indisciplina de nossas escolas somente por meio de regras externas aos sujeitos, mas sim, necessita-se de uma intervenção maior, de forma que os façamos compreender e exercer os valores morais e éticos que equilibram convivência em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O signo da indisciplina insere-se nas questões teórico práticas a partir do fato de que, toda teoria e toda prática educativa tem seu lado falho e também potencial, no que diz respeito ao trato das questões reais e problemáticas do cotidiano escolar. Assim sendo, postulamos ainda que, nenhuma teoria é em si, finda, acabada, tampouco, comprovadamente eficaz no trato a quaisquer questões. Todavia, há que existir em nossas salas de aula e nas instituições escolares como um todo, um mosaico de seus objetivos, métodos de ensino e de avaliação para que se consiga produzir bons resultados em classes cada vez mais heterogêneas.

Desta forma, teremos a compreensão de que, a eficácia encontra-se não somente nos resultados, mas especialmente, no delinear do percurso, afinal, somente chegamos ao destino quando encontramos o caminho correto.

Ainda assim, o termo é algo muito pouco definido e que é preciso ponderar sobre os diversos aspectos que vão, desde a conduta dos indivíduos, até a busca pelo desenvolvimento das habilidades esperadas para cada etapa. A noção de disciplina como controle comportamental, ainda é predominante na filosofia de muitas instituições e, com maior ênfase, no pensamento de seus educadores; um pensamento épico, que se origina na formação familiar e acadêmica da maioria dos professores e se perpetua com a formação e as experiências docentes de outras épocas.

Como educadores contemporâneos, necessitamos de uma definição feita muito cuidadosamente e com absoluto respeito aos saberes e a temporalidade social e histórica de nossos educandos. Injusto seria julgá-los de todo indisciplinados, olhando para estes, com os olhos do século passado e julgando-os sob as medidas da educação tradicionalista.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p.33-40, 2000.
- BAUM, William M.. **Comprender o behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2005.
- BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Santa Catarina, n. 78, p.117-142, 2002.
- BRASIL. Lei nº 8.069/90 de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Senado Federal, Brasília, 1990.
- _____. Lei nº 2.848/40 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal, capítulo IV, Art.163**. Senado Federal, Brasília, 1990.
- FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.
- GARCIA, Joe. Indisciplina na escola: uma discussão sobre a dimensão preventiva. **R. Paran.desenv.**, Curitiba, n. 95, p.101-108, 1999.
- GARCIA, J. **Indisciplina e desenvolvimento do pensamento moral**. Notas de aula. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.
- LA TAILLE, Yves de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio R. G. (org.) **Indisciplina na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- _____. Yves de. **Yves de La Taille: "Nossos alunos precisam de princípios, e não só de regras"**. 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/fala-mestre-yves-la-taille-466838.shtml>>. Acesso em: 19 de maio 2015.
- PAVIANI, Bruno. Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar Brasileira: uma tentativa de legitimar o poder. (1969-1971). In: anais do xv encontro estadual de história, 15., 2014, Florianópolis - Sc. **Anais...** . Florianópolis: Ufsj, 2014. p. 1 - 13.
- PSICOLOGIA EDUCAÇÃO E CULTURA: Disciplina na escola e na família**. Portugal: Internato dos Carvalhos, v. 6, n. 1, maio 2002.